

DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: possibilidades de diálogos Freireanos

RODRIGUES, Ana Cristina da S.¹

MARTINEZ, Lucas da S.²

Resumo

O presente trabalho é uma análise das possibilidades de diálogos Freireanos através da participação e da democratização na construção de políticas públicas para a educação. A Universidade Federal do Pampa- Campus Jaguarão, através de sua representação junto ao Conselho Municipal, assumiu em conjunto com a comissão coordenadora do Fórum Municipal de Educação o compromisso de coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação. Nosso intento foi compreender o processo de construção do presente plano, a partir do entrelaçamento dos conceitos de participação e democratização em uma perspectiva dialógica freireana. Para fundamentar nossa análise buscamos investigar as percepções do processo através de momentos dialógicos que suscitaram as reflexões de integrantes da comissão coordenadora do Fórum Municipal de Educação. Como base teórica exploramos os conceitos de participação e democratização a partir de FREIRE, PARO, GADOTTI e DOURADO, articulando às percepções expressas pelos participantes da investigação. Ao final se destacam as possibilidades de avanço pedagógico e democrático a partir desta experiência participativa. Ao longo do trabalho nota-se que é necessário compreender a diversidade de concepção de participação dos diversos atores do processo, bem como as dificuldades de se estabelecer um fio condutor para o processo, fruto da construção deste grupo. Apesar das limitações, o momento atual concretiza a possibilidade de engajamento coletivo no planejamento da educação do município nos próximos anos. Planejamento este que ao olhar para as condições históricas e culturais de injustiça, desigualdades sociais e a naturalização da pobreza nesta região, poderá contemplar um projeto de educação igualitário, emancipador e de qualidade.

¹ Doutora em Educação. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa-Campus Jaguarão. anacristina@unipampa.edu.br

² Acadêmico do Curso de Pedagogia, bolsista voluntário do Projeto de Pesquisa “Democratização e participação na construção do Plano Municipal de Educação: entraves e possibilidades”. Universidade Federal do Pampa-Campus Jaguarão. lukasspedagogia@gmail.com

Palavras-chave: participação; democratização; plano municipal de educação.

1. Introdução

“A participação implica “estar presente na História e não simplesmente nela estar representado. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o que já foi programado (FREIRE, 1991, p. 75)”.

O presente trabalho é uma análise das possibilidades de diálogos Freireanos através da participação e da democratização na construção de políticas públicas para a educação. A Universidade Federal do Pampa- Campus Jaguarão, através de sua representação junto ao Conselho Municipal, assumiu em conjunto com a comissão coordenadora do Fórum Municipal de Educação o compromisso de coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação. Da inserção neste trabalho surgiram vários desdobramentos, tanto aqueles relativos a militância político-pedagógica e o compromisso da universidade no contexto social da comunidade jaguareense, quanto aqueles relacionados as atividades fins da instituição tais como, ensino, extensão e pesquisa. Nesta perspectiva coloca-se o projeto de pesquisa “Democratização e participação na construção do Plano Municipal de Educação: entraves e possibilidades” que tem como objetivo criar mecanismos de acompanhamento da construção e da implementação do plano, bem como investigar os entraves e as possibilidades da participação dos diferentes segmentos neste processo. Nosso intento foi compreender o processo de construção do presente plano, a partir do entrelaçamento dos conceitos de participação e democratização em uma perspectiva dialógica freireana. Para fundamentar nossa análise buscamos investigar as percepções do processo através de diálogos que suscitaram as reflexões de integrantes da comissão coordenadora do Fórum Municipal de Educação.

O texto do Plano Nacional de Educação (2014-2024), em seu artigo 8º aponta que “ Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta lei (BRASIL, 2014)”. Além disso, o Plano na meta 19 também afirma que é necessário

(...) assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das

escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014, p.59)

Nesta lógica o município de Jaguarão contando com a articulação entre o Conselho Municipal e a Secretaria Municipal de Educação, desencadeia em outubro de 2014 um intenso processo de mobilização para a construção do Plano Municipal. Seguindo orientações da UNCME (União Nacional do Conselhos Municipais de Educação) o grupo organizador do plano chamou toda comunidade educativa para a consolidação do Fórum Municipal de Educação. O Fórum pretende se colocar como instância de discussão, cooptação e articulação dos mais diversos segmentos: contando com a representação de docentes, discentes, dirigentes, poder executivo, poder legislativo, pais e comunidade em geral. Desta organização, definem-se comissões de trabalho responsáveis pela exploração e discussão das metas e das estratégias. As comissões são organizadas em grandes eixos sendo eles: metas estruturantes para garantia da educação básica de qualidade, valorização dos profissionais da educação, educação superior, gestão democrática e financiamento da educação. Tal dinâmica de trabalho exigiu mobilização, sistematização e participação significativa destes diferentes segmentos. Nestas condições, acompanhando a sistemática de trabalho, dedicamo-nos a investigar as possibilidades da participação e da democratização em instâncias como as quais propomos. Quais as condições de participação? Em que medida o processo coletivo garante sua democratização? Quais as potencialidades deste processo?

O que é participação?

Para Ferreira (1999, p. 11), “participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efetiva e coletiva, opinando e decidindo sobre planejamento e execução”. Nesse sentido, entender a gestão democrática, a partir da participação dos sujeitos, envolve um certo grau de comprometimento, na construção da ação, ou seja, no planejamento de ações em busca da mudança e da concretização de uma gestão democrática, assim como também na execução das ações para esta mudança. Para Libâneo (2004, p 102) “A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.” Segundo ele, a participação proporciona a articulação entre os processos educativos, com a dinâmica escolar e da comunidade, para que se tenha um melhor conhecimento dos objetivos e metas da instituição escolar. O Plano

Municipal de Educação é dessa forma um instrumento efetivo de gestão democrática para o sistema de ensino jaguareense.

Para Freire participar faz parte da vocação ontológica do homem, na intervenção do mundo. Participar, dentro deste posicionamento, é fazer o cumprimento da “responsabilidade ética, histórica, política e social... (FREIRE, 1996, p.59)” confirmando, “a vocação do homem que é a de ser sujeito e não objeto (FREIRE, 1979, p.34)” tendo a responsabilidade de participar, de decidir, de atuar na transformação dos meios concretos de existência do homem na sociedade.

Por outro lado, embora cientes do ideário da participação os demais integrantes demonstram seu descontentamento e frustração com o nível de participação. A chamada democrática não garante por si só a participação efetiva. Há de se diferenciar neste aspecto os condicionantes para que a participação não se resuma a um simples ato representativo.

Paro (1997) salienta que para que a participação se efetive é necessário criar estratégias para tal. A participação depende dos condicionantes imediatos da comunidade escolar, da sociedade civil organizada em seus segmentos. Para ele, a participação é refém de três elementos:

- Condicionantes econômicos sociais: a condição concreta de vida dos sujeitos a quem queremos envolver, que queremos sua participação. Essa participação requer tempo, condições materiais e disposição para tal.
- Condicionantes culturais: “a visão das pessoas sobre a viabilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreça a vontade de participar (PARO, 1997, p. 54)”
- Condicionantes institucionais: entendido por ele como mecanismos coletivos em busca da participação dos sujeitos.

Com a consciência de que se faz necessária a participação dos diferentes segmentos na construção da gestão democrática, Paro aponta que:

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece falta ainda uma maior precisão do conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada decisões. É importante

ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência deste último no processo. (PARO, 1997, p 16)

As reflexões do autor a respeito das dificuldades na compreensão do conceito de participação nos ajudam a entender a “frustração” de alguns dos integrantes em relação a dissidência dos atores ao longo do processo de elaboração do plano. Há em princípio uma aparente confusão entre a participação na execução e a participação na tomada de decisões.

Para Freire (1991) “a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública.” Para ele, assim como Paro (1997), participação não deve ser “concedida como um benefício”, mas precisa ser encarada, em seu planejamento e ação. Pensando na libertação dos sujeitos através da educação crítica e democrática, Gadotti (1998) aponta que para formar essa consciência crítica da mudança e da própria ação participativa, é necessária a superação da dependência e da exploração, através da conscientização e da organização. Em suas palavras: “para mudar é preciso força e os oprimidos só serão fortes se forem organizados. (GADOTTI, 1988, p,2).” É um movimento constante de luta para a democracia. A participação dos sujeitos no processo democrático consiste na tomada da consciência para a mudança, buscando resolver os problemas que enfrentam em conjunto. A partir dessa necessidade de solução dos problemas educacionais, faz-se importante o diálogo e a participação (FLEURI, 1987).

De acordo com Dourado, para compreender o processo de democratização é necessário resgatar as concepções que norteiam a educação como um todo, bem como refletir sobre a gestão da educação, seus alcances e limites, “indo de posturas de participação restrita e funcional [...] até perspectivas de busca de participação efetiva, e conseqüentemente, de participação cidadã” (DOURADO, 2011, p.95). Ou seja, dentro dessa concepção de democratização, gestão democrática e participação, todos apontam para a necessidade obrigatória de uma participação efetiva por parte de todos participantes da comunidade escolar. Essa participação requer compromisso por parte de todos, nas formas institucionalizadas de participação, entre reuniões e as ações concretas para a gestão.

Inspirada nesta condição efetiva da participação a comissão coordenadora buscou implementar estratégias de participação diversificadas de forma que os segmentos fossem além do

caráter de mera representação. Entretanto foi possível observar que ainda é incipiente a cultura participativa no município e paulatinamente fomos registrando a diminuição dos participantes.

Para Dourado (2007) a democratização da gestão educacional é derivada de processos intra e extra-escolares. Para que ela aconteça, é necessário ter consciência de que

a democratização dos processos de organização e gestão deve considerar as especificidades dos sistemas de ensino, bem como os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados, e buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais. (DOURADO, 2007, p.925)

Gadotti (1988) aponta que a escola pública popular supõe induz a democratização da gestão. Também afirma que para ocorrer a democratização da gestão, conforme ressaltado antes, é necessário que se criem possibilidades para que a população possa estar presente e opinante, fazendo uso do direito de participar em uma sociedade democrática. (GADOTTI, 1994). Isso implica que ter consciência de que “a luta pela democratização do ensino assume, no âmbito da educação básica, o caráter da qualidade, da busca da permanência e da conclusão da escolaridade como um direito social. (OLIVEIRA 2001, p.101)”

Democratização e participação são conceitos diferentes mas complementares, qualquer processo de democratização envolve a participação dos beneficiados deste processo. Democratização exige participação dos profissionais da educação, das comunidades escolares, das instituições e dos órgãos maiores de gestão (secretarias municipais, secretarias estaduais). Requer também autonomia financeira e pedagógica, de forma que as escolas e os sujeitos possam escolher quais funções são mais necessárias, quais relações pedagógicas precisam prevalecer ou não. A autonomia das instituições assim como a participação da comunidade escolar, são os condicionantes diretos para que se tenha uma democratização plena da gestão educacional.

Conclusões

Concluindo o texto, ressaltamos as possibilidades que vemos no processo de construção do plano em uma perspectiva dialógica e participativa.

Como possibilidades, destacamos o engajamento e o crescimento das pessoas que se engajaram no processo, sobretudo, vinculados ao Conselho Municipal e a Secretaria Municipal de

Educação. A cooperação e a inserção da Universidade pública no processo de formação e discussão efetiva do espaço democrático também é um aspecto a ser ressaltado. A partir disso a Universidade Federal do Pampa estreita relações com o ensino no município, colaborando na formação pedagógica e política.

Apesar das limitações, o momento atual concretiza a possibilidade de engajamento coletivo no planejamento da educação do município nos próximos anos. Planejamento este que ao olhar para as condições históricas e culturais de injustiça, desigualdades sociais e a naturalização da pobreza nesta região, poderá contemplar um projeto de educação igualitário, emancipador e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, SASE, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

DOURADO, L. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios, 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Rosilda (Coord.). Construindo a Educação na Cidade de Camaragibe. Camaragibe (PE): Secretaria de Educação, 1999

FLEURI, Reinaldo Matias. Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação na prática pedagógica. 2.ed. Uberlândia, Ed. UFU, 1987

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991

FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

GADOTTI, Moacir. O sistema educacional e a construção da democracia na América Latina. Montevideo, Uruguai, 1988. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Sist_educ_cons_trucao_democ_Montevideo.pdf> Acesso em: 3 fevereiro de 2015.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática e qualidade de ensino. Belo Horizonte: Minas Centro, 1994.

LIBÂNEO, J.C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MARQUES. L. R. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 507-526, out./dez. 2006

OLIVEIRA, D.A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política e Gestão da Educação/ organizado por Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar – 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. 180p

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, out./dez. 2004.

PARO, Vitor. Gestão democrática da escola pública, 3. ed. São Paulo: Ática, 1997

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Democratização da gestão escolar: avanços e recuos. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 7, no. 1, p. 347-360, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015